

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2025****VALIDADE**  
**12/01/2027**

Homologado aos 8 dias do mês de Janeiro de 2026, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**, com sede na mato grosso, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, neste ato, representado pelo(a) **Ordenador(a) de Despesa , Sr(a). EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 228504 SESP e inscrito no CPF nº 390.917.401-91, residente e domiciliado na GOIÁS , bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2025**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA SEREM DISTRIBUÍDAS PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
VICKYTEX INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	08.257.978/0001-45
Endereço	Nº
RUA OSVALDO CRUZ	234
Bairro	
FRITZ LORENZ	
Cidade	CEP
TIMBO/SC	89120000
Email	Telefone
comercial@vickytex.com.br	(41) 99293-4491
Representante Legal	CPF
NILCE SALETE TROMBETTA	713.XXX.XXX-68

**1 - LOTE 001**

SEQ.	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	54801	CAMISETA PERSONALIZADA MODELO CAMISETA UNISSEX, MANGA CURTA - CONFECCIONADA EM MEIA MALHA, COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 170G/M² SEM VINCOS, MARCAS E IMPERFEIÇÕES, RESISTENTE, LEVE E DE SECAGEM RÁPIDA, COR VERDE PANTONE 18-6 Detalhamento: CAMISETA PERSONALIZADA MODELO CAMISETA UNISSEX, MANGA CURTA - CONFECCIONADA EM MEIA MALHA, COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 170G/M² SEM VINCOS, MARCAS E IMPERFEIÇÕES, RESISTENTE, LEVE E DE SECAGEM RÁPIDA, COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. / MANGAS CONFECCIONADA EM MEIA MALHA, COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE COM	UN - UNIDADE	VICKYTEX	10000,00	20,7500	207.500,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		<p>GRAMATURA DE 170G/M² SEM VINCOS, MARCAS E IMPERFEIÇÕES, RESISTENTE, LEVE E DE SECAGEM RÁPIDA, COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. / PUNHOS CONFECCIONADOS EM MALHA SANFONADA, RIBANA 1X1, COMPOSIÇÃO 55% POLIÉSTER 33% VISCOSE 10% POLIAMIDA 2% ELASTANO, GRAMATURA 210G/M², COR VERDE PANTONE 15-0343 TPX. APLICADA EM MÁQUINA GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO. / BARRA REBATIDA EM MÁQUINA GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO. / GOLA REDONDA CONFECCIONADA EM MALHA SANFONADA, RIBANA 1X1, COMPOSIÇÃO 55% POLIÉSTER 33% VISCOSE 10% POLIAMIDA 2% ELASTANO, GRAMATURA 210G/M², COR VERDE PANTONE 15-0343 TPX. APLICADA EM MÁQUINA GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO. AS COSTURAS INTERNAS DEVEM SER FEITAS EM MÁQUINA OVERLOQUE TRÊS FIOS UTILIZANDO FIO 100% POLIÉSTER, NA COR DA MALHA. ELEMENTOS GRÁFICOS E ESTAMPAS - FRENTE DA CAMISETA: LOGOTIPO DO MUNICÍPIO DEVE SER ESTAMPADO DO LADO ESQUERDO DE QUEM VESTE, NO PEITO, COM SUAS DEVIDAS CORES E ESCRITAS (TEXTO INCLUSO ABAIXO DO BRASÃO: GOVERNO MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS). COM OITO CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO E ALTURA PROPORCIONAL. / DO LADO DIREITO DE QUEM VESTE NA ALTURA DO LOGOTIPO DO MUNICÍPIO DEVE SER ESTAMPADO TRÊS FAIXAS COM APROXIMADAMENTE UM CENTÍMETRO CADA E ESPAÇAMENTO ENTRE SI DE 07 (SETE) MILÍMETROS, CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA. NA PARTE INFERIOR DA FRENTE, DO LADO ESQUERDO DE QUEM VESTE DEVE SER ESTAMPADO TRÊS ENGRENAGENS, CONFORME REPRESENTADO EM IMAGEM ILUSTRATIVA COM APROXIMADAMENTE DEZOITO CENTÍMETROS DE ALTURA E COMPRIMENTO PROPORCIONAL. OUTRAS OBSERVAÇÕES: AS PEÇAS DEVEM ESTAR ISENTAS DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. INTERNAMENTE, CENTRALIZADO NA PARTE DE TRÁS DA GOLA DEVE CONTER UMA ETIQUETA SINTÉTICA, COM CARACTERES EM COR PRETA LEGÍVEL, CONTENDO CNPJ, RAZÃO SOCIAL, INSTRUÇÕES DA LAVAGEM, TAMANHO, ANO DE FABRICAÇÃO E ORIGEM. AS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E POSTERIORMENTE ARMAZENADO EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAGEM. A CAMISETA DEVE ESTAR LIMPA E ÍNTEGRA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. TAMANHOS: 2 ANOS AO GG ADULTO.</p>					
1	54802	<p>BERMUDA EM HELANCA MASCULINO – CONFECCIONADA EM HELANCA 60% POLIÉSTER 30% ALGODÃO 10% POLIAMIDA, GRAMATURA 285G/M², COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. EM CADA LATERAL DEVE CONTER UM DEBRUM SOBREPOSTO DE UM CENTÍMETRO, EM MEIA MALHA 67% POLIÉSTER 33% VISC Detalhamento: BERMUDA EM HELANCA MASCULINO – CONFECCIONADA EM HELANCA 60% POLIÉSTER 30% ALGODÃO 10% POLIAMIDA, GRAMATURA 285G/M², COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. EM CADA LATERAL DEVE CONTER UM DEBRUM SOBREPOSTO DE UM CENTÍMETRO, EM MEIA MALHA 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE, GRAMATURA 170G/M², COR VERDE PANTONE 15-0343 TPX. A CINTURA DEVE CONTER UM ELÁSTICO DE QUATRO CENTÍMETROS, COSTURADO EM OVERLOQUE DE TRÊS FIOS E REBATIDO EM CATRACA QUATRO AGULHA PONTE CORRENTE. A BARRA DEVE SER REBATIDA EM GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO, ARREMATADO EM MÁQUINA OVERLOQUE DE TRÊS FIOS. NO TRASEIRO DA PEÇA DEVE CONTER UM BOLSO EM MODELO "SETA" UTILIZANDO A MESMA HELANCA DO CORPO, COM ACABAMENTO EM SUA ABERTURA EM GALONEIRA COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO. COM APROXIMADAMENTE ONZE CENTÍMETRO DE ALTURA E DEZ CENTÍMETRO DE COMPRIMENTO. AS COSTURAS INTERNAS DEVEM SER FEITAS EM MÁQUINA OVERLOQUE TRÊS FIOS UTILIZANDO FIO 100% POLIÉSTER, NA COR DA MALHA. ELEMENTOS GRÁFICOS E ESTAMPAS: O LOGOTIPO DO MUNICÍPIO DEVE SER ESTAMPADO DO LADO ESQUERDO DE QUEM VESTE LOGO ACIMA DA BARRA, COM SUAS DEVIDAS CORES E ESCRITAS (TEXTO INCLUSO ABAIXO DO BRASÃO: GOVERNO MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS) COM OITO CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO E</p>	UN - UNIDADE	VICKYTEX	5000,00	24,1500	120.750,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		ALTURA PROPORCIONAL. OUTRAS OBSERVAÇÕES: AS PEÇAS DEVEM ESTAR LIMPAS E ISENTAS DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. INTERNAMENTE, CENTRALIZADO NA PARTE DE TRÁS DO GANCHO DEVE CONTER UMA ETIQUETA SINTÉTICA, COM CARACTERES EM COR PRETA LEGÍVEL, CONTENDO CNPJ, RAZÃO SOCIAL, INSTRUÇÕES DA LAVAGEM, TAMANHO, ANO DE FABRICAÇÃO E ORIGEM. AS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E POSTERIORMENTE ARMAZENADO EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAGEM. TAMANHOS: 2 ANOS AO GG ADULTO.					
3	54803	SHORT SAIA MALHA TIPO HELANCA FEMININO - CONFECCIONADA EM HELANCA 60% POLIÉSTER 30% ALGODÃO 10% POLIAMIDA, GRAMATURA 285G/M², COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. AS PEÇAS DEVEM TER APARÊNCIA DE SHORT NA PARTE TRASEIRA E NA PARTE FRONTAL DEVE CONTER UMA SA Detalhamento: SHORT SAIA MALHA TIPO HELANCA FEMININO - CONFECCIONADA EM HELANCA 60% POLIÉSTER 30% ALGODÃO 10% POLIAMIDA, GRAMATURA 285G/M², COR VERDE PANTONE 18-6024 TPX. AS PEÇAS DEVEM TER APARÊNCIA DE SHORT NA PARTE TRASEIRA E NA PARTE FRONTAL DEVE CONTER UMA SAIA SOBREPÓSITA PRESA NA LATERAL DIREITA E SOLTA NA LATERAL ESQUERDA DE QUEM VESTE. EM CADA LATERAL DEVE CONTER UM DEBRUM SOBREPÓSITO DE UM CENTÍMETRO, EM MEIA MALHA 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE, GRAMATURA 170G/M², COR VERDE PANTONE 15-0343 TPX. A CINTURA DEVE CONTER UM ELÁSTICO DE QUATRO CENTÍMETROS, COSTURADO EM OVERLOQUE DE TRÊS FIOS E REBATIDO EM CATRACA QUATRO AGULHA PONTE CORRENTE. A BARRA DO SHORT DEVE SER REBATIDA EM GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO, ARREMATADO EM MÁQUINA OVERLOQUE DE TRÊS FIOS. A SAIA DEVE SER REBATIDA EM GALONEIRA, DUAS AGULHAS, COM DOIS CENTÍMETROS ACABADO. AS COSTURAS INTERNAS DEVEM SER FEITAS EM MÁQUINA OVERLOQUE TRÊS FIOS UTILIZANDO FIO 100% POLIÉSTER, NA COR DA MALHA. ELEMENTOS GRÁFICOS E ESTAMPAS: O LOGOTIPO DO MUNICÍPIO DEVE SER ESTAMPADO DO LADO ESQUERDO DE QUEM VESTE LOGO ACIMA DA BARRA DA SAIA, COM SUAS DEVIDAS CORES E ESCRITAS (TEXTO INCLUSO ABAIXO DO BRASÃO: GOVERNO MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS) COM OITO CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO E ALTURA PROPORCIONAL. OUTRAS OBSERVAÇÕES: AS PEÇAS DEVEM ESTAR LIMPAS E ISENTAS DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. INTERNAMENTE, CENTRALIZADO NA PARTE DE TRÁS DO GANCHO DEVE CONTER UMA ETIQUETA SINTÉTICA, COM CARACTERES EM COR PRETA LEGÍVEL, CONTENDO CNPJ, RAZÃO SOCIAL, INSTRUÇÕES DA LAVAGEM, TAMANHO, ANO DE FABRICAÇÃO E ORIGEM. AS PEÇAS DEVEM SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E POSTERIORMENTE ARMAZENADO EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAGEM. TAMANHOS: 2 ANOS AO GG ADULTO.	UN - UNIDADE	VICKYTEX	5000,00	25,5300	127.650,00

Total: 455.900,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 01(um) ano, contados da data de publicação, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que haja saldo remanescente e comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2 Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4 A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento



de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

3.1 A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7 Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

3.8 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10 Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.



3.13 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14 O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Campo Novo do Parecis, por meio da Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:**

5.1 A entrega deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da solicitação (por Nota de Autorização de Despesa), nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

5.2 A entrega dos uniformes destinados as escolas rurais, deverá ser realizada no Almoxarifado da Secretaria de Educação, em dias úteis das 07h às 11h e das 13h às 17h conforme horário de funcionamento da Prefeitura no seguinte endereço: Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida;

5.3 A entrega dos uniformes destinados às unidades escolares localizadas na área urbana deverá observar os pontos e endereços descritos a seguir, tomando-se como referência a sede da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

5.3.1 Os uniformes deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares ou em locais previamente designados pela Secretaria Municipal de Educação, observando rigorosamente o horário regular de expediente, das 07h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

#### **RELAÇÃO DE ENDEREÇOS**

<b>LOCAL DE ENTREGA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>DISTÂNCIA ATÉ O PONTO DE REFERÊNCIA</b>
EM 04 de Julho	Av. Mato Grosso, 758 –NE – Centro.	850m
EM Nossa Senhora Aparecida	Av. Mato Grosso, 1502 –NE – Centro.	1,6 km
EM Professor Antônio Pereira	Av. Getulio Vargas, 294 – NW – Bairro Boa Esperança.	2 km
EM Jardim das Palmeiras	Rua Arara Azul, 580 NW – Bairro Jardim das Palmeiras.	5,1 km



EM de Educação Indígena Sakoré Kasé Wéteko	Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida; (Almoxarifado da Sec. Mun. de Educação).	1,4 km
EM de Educação Indígena Seringal	Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida; (Almoxarifado da Sec. Mun. de Educação).	1,4 km
EM de Educação Indígena Bacaval	Avenida Florianópolis esquina com a Rua Dorvalino Minosso, nº1421, Bairro Nossa Senhora Aparecida; (Almoxarifado da Sec. Mun. de Educação).	1,4 km
EM Amélia Lena Fedrizzi	Rua Rouxinol Quadra – 380.	5.9 km
EMEI Armando Jacinto Brólio	Rua Severino de Lima, 1718 – NE, Quadra 268 L. 01 – Nossa Senhora Aparecida.	1,9 km
EMEI Karine Alves Maforte	Rua das Perdizes, 220 – NW – Jardim das Palmeiras.	4,2 km
EMEI Jordana Araujo da Silva	Rua São Thomas, 164 NW – Bairro Boa Esperança.	2.1 km
EMEI Reino Encantado	Rua Canarinho, esquina com Av. Minas Gerais, nº 450 NW.	5,5 km
EMEI Hestha Beata Kettener Heidemann	Av. Brasil, nº 385 – NE - Centro.	850m
EM Jardim dos Ipês	Av. Maranhão 1.843, esquina Rua Pica Pau	6,2 km
EM José Delfino Campo de Sousa	Av. Mato Grosso, nº 2456 – NE – Alvorada.	2,6 km
EM Domingos Sávio Belo do Nascimento	Avenida Arezzo, esq. Com Rua Messina, S/N, Jardim Itália.	5,5 km

5.4 A secretaria solicitante não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste instrumento ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto;

5.5 A falta de quaisquer itens, ou pedido de desistência, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou suspensão de sua entrega, sujeita a penalidades previstas nesse instrumento.

5.6 A contratada deverá atender integralmente as quantidades solicitadas pela Administração, conforme especificado na Nota de Autorização de Despesa (NAD). É vedada qualquer exigência de pedido mínimo, fornecimento apenas em carga fechada ou qualquer outra restrição que inviabilize a entrega conforme a necessidade do contratante.

5.7 Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de produtos em desacordo com as normas técnicas vigentes, expedidas por órgãos oficiais competentes ou, na ausência destas, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho



Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

## **CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

6.1 O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, constando a quantidade e o valor, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, acompanhada do relatório de fiscalização da Ata/Contrato, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

6.1.1 O relatório de fiscalização da Ata/Contrato deverá conter informações sobre o prazo, as condições e marca do produto entregue, o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como qualquer outra informação relevante que seja necessário informar, conforme estabelecido na Cláusula Décima deste instrumento.

6.2 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

6.3 Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais, que compõem a UFCNP (Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis) sendo eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

6.4 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

6.5 Não aplicar-se-á o previsto no item 6.1 caso os recursos sejam provenientes de transferências de outros órgãos e os mesmos não tenham sido arrecadados aos cofres públicos municipais.

6.6 Para realização dos pagamentos, a contratada deverá manter as condições de habilitação prevista neste instrumento;

6.7 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES";

6.9 Em sendo optante do "SIMPLES" o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.10 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste certame.

6.11 Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.



6.12 Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

6.13 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

6.14 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.15 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17 Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 6.1 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

## **CLÁUSULAS SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 São obrigações da administração pública:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- b) Receber e acompanhar a entrega dos itens solicitados, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;
- c) Recebimento provisório dar-se-á em até 05 (cinco) dias, pelo responsável da Secretaria solicitante, no ato da entrega dos itens juntamente com a nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
- d) Receber definitivamente em até 05 (cinco) dias após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade do material aplicado e conseqüente aceitação;
- e) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e realizar inspeções sempre que necessário;
- g) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;
- h) Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado, sendo o pagamento condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da documentação fiscal adequada.
- i) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei, Decreto Municipal 56/2023 e neste instrumento;



j) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7.2 São obrigações do fornecedor contratado:

a) Apresentar toda a documentação obrigatória válida como condição prévia para a emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, mantendo-a atualizada durante toda a vigência contratual, inclusive quanto aos meios de contato (telefone, e-mail, whatsapp), compreendendo eventuais prorrogações.

b) Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo integralmente como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da correta, tempestiva e perfeita execução do objeto, em conformidade com o edital e proposta vencedora.

c) Apresentar a Nota Fiscal no ato da entrega, acompanhada da autorização de fornecimento e das certidões fiscais e trabalhistas exigidas (federal, estadual, municipal, CNDT e FGTS), conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

d) Efetuar a entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, em perfeitas condições, sem ônus adicional de entrega, em estrita observância das especificações deste instrumento, apresentando nota fiscal com a descrição detalhada da marca, modelo, tamanhos e quantidades. Caberá à contratada o descarregamento e alocação dos volumes no local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento.

e) Efetuar a entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, em perfeitas condições, sem ônus adicional de entrega, em estrita observância das especificações deste instrumento, apresentando nota fiscal com a descrição detalhada dos produtos e suas respectivas quantidades. Caberá à contratada o descarregamento e alocação dos volumes no local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento.

f) Arcar integralmente com todas as despesas de transporte, frete, carregamento, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros custos direta ou indiretamente relacionados ao fornecimento, sem direito a ressarcimento adicional.

g) Entregar os produtos em perfeito estado de conservação e devidamente acondicionados, em embalagens originais, invioladas e sem danos que comprometam sua qualidade.

h) Fornecer produtos de primeira qualidade, em conformidade com as especificações técnicas deste instrumento e com as normas de segurança e qualidade previstas em lei, observando o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

i) Atender às normas da ABNT e demais órgãos reguladores aplicáveis à confecção de uniformes escolares, quanto à composição do tecido, costura, gramatura, cor e demais características técnicas descritas neste instrumento.

j) Comunicar formalmente à Administração Municipal, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer motivos devidamente justificados e comprovados que possam impedir o cumprimento do prazo de entrega estabelecido.

k) Responder civil, administrativa e financeiramente por danos causados à Administração ou a



terceiros, decorrentes da execução do contrato, sem que a fiscalização reduza sua responsabilidade, podendo o Município descontar dos valores devidos os prejuízos apurados.

l) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e securitárias, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, conforme art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

m) Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais.

n) Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, quaisquer produtos fora das especificações, defeituosos, danificados ou que apresentem vício de fabricação, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis futuros, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

p) Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, conforme art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021.

q) É vedada a transferência, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação. O descumprimento desta disposição poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual, inclusive dados pessoais, observando a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

s) Responder pela qualidade e conformidade dos produtos mesmo após o recebimento definitivo, devendo corrigir irregularidades posteriormente constatadas, mediante notificação formal da Administração, excetuados os casos de uso inadequado pelo contratante.

t) Cumprir as exigências legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

u) Fornecer canais de comunicação com o fiscal do contrato, informando telefone, e-mail e pessoa responsável para contato imediato durante a execução contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

## **CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

9.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Distrital que não participaram do procedimento de Intenção do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.



9.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e

9.1.3 Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.1.3.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.1.3.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.3 O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.5 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA**

10.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.4 Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.5 A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;



- b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e
- c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6 O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10 O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.11 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

11.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:



- a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;

- b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

11.6.4 - De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5 - De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

- g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7 A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo



fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1 As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

11.8.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.



11.10 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa



escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 56/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAMPO NOVO DO PARECIS - .**

**EDILSON ANTONIO PIAIA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

**Ordenador(a) de Despesa**

---

**NILCE SALETE TROMBETTA**

**VICKYTEX INDUSTRIA E  
COMERCIO DE UNIFORMES  
LTDA**

---

EDILAINÉ MENDONÇA DE PAULA MACHADO

PORTARIA Nº 0/0

---

MARIANE MARTINS HERNANDEZ

SUPLENTE

## ANEXO I-A

### CAMISETA PERSONALIZADA MODELO CAMISETA UNISSEX, MANGA CURTA, GOLA REDONDA

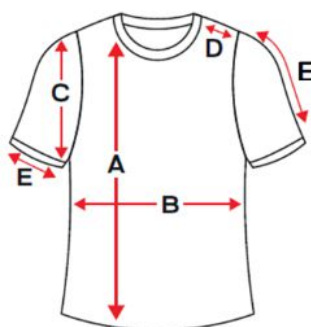
FRONTAL



TRASEIRA



### MEDIDAS



Cor da Gola  
A9E003



Cor da manga  
A9E003



Cor da Camiseta  
025144



TABELA DE MEDIDAS CAMISETA MANGA CURTA

TAMANHO	INFANTIL				JUVENIL				ADULTO			
	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A Comprimento do corpo	43	44	46,5	49	53	56,5	60	64	70	72	74	77
B Tórax	33,5	35	36,5	38	40	42	44	46	49	52,5	56	60
C Comprimento da manga	11	12,5	14	15,5	17	18,5	20	21,5	23	24,5	26	27,5
D Ombro	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12,5	13	13,5	14	15	16
E Abertura da manga	11,5	12	13	13,5	14,5	15,5	16,5	17	18	19	19,5	20

Tolerância nas medidas: 1 cm para mais ou 1 cm para menos.

### BERMUDA EM HELANCA – MASCULINO



### MEDIDAS

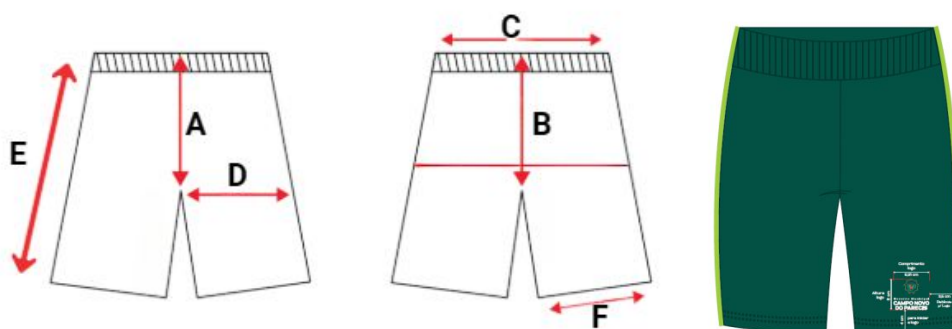


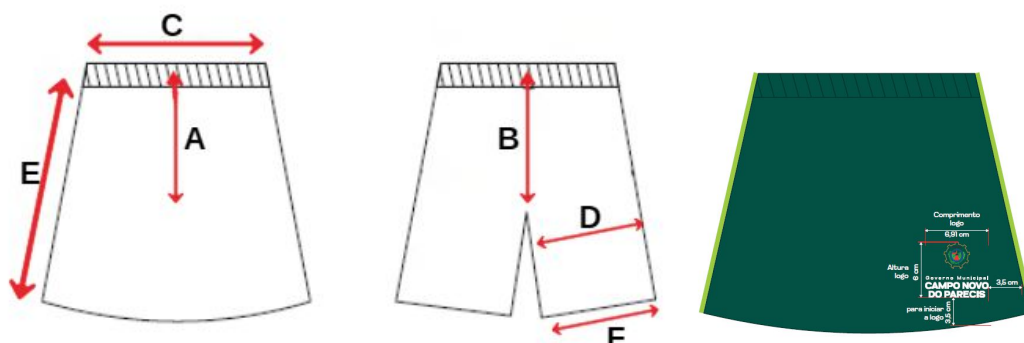
TABELA DE MEDIDAS BERMUDA													
TAMANHO		INFANTIL				JUVENIL				ADULTO			
		02	04	06	08	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Gancho frente c/ cós	21	22	23	24	25	26	28	29	31	32	34	35
B	Gancho costas c/ cós	25	26	28	29	30	31	33	35	37	38	39	40
C	Cintura elástico	22	23	24	25	26	27	28	29	32	33	34	35
D	Circunferência coxa	42	44	46	48	50	54	56	58	60	60	62	64
E	Comprimento	31	34	36	39	41	44	46	50	54	55	58	60
F	Abertura Perna	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29

Tolerância nas medidas: 1 cm para mais ou 1 cm para menos.

**SHORT SAIA MALHA TIPO HELANCA FEMININO**



### MEDIDAS



**Cor da Linha**  
A9E003



**Cor Short-saia**  
025144



TABELA DE MEDIDAS SHORT SAIA													
TAMANHO		INFANTIL				JUVENIL				ADULTO			
		02	04	06	08	10	12	14	16	P	M	G	GG
A	Gancho frente c/ cós	21	22	23	24	25	26	27	28	30	31	32	33
B	Gancho costas c/ cós	25	26	27	28	29	31	32	33	35	36	37	38
C	Cintura elástico	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
D	Circunferência coxa	40	42	44	46	48	50	52	54	56	60	62	64
E	Comprimento	26	27	28	29.5	32	35	37.5	40	43	45	57	49
F	Abertura Perna	20	21	22	23	24	25	26	27	28	30	31	32

Tolerância nas medidas: 1 cm para mais ou 1 cm para menos.